

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 19 DE FEVEREIRO DE 2021

NÚMERO 7.795

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldissera
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

BLOCO PARLAMENTAR MDB/NOVO

Líder: Valdir Cobalchini

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD **PSC**
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PSL/PL

Líder: Ana Campagnolo
Lideranças dos Partidos:
PSL **PL**
Ana Campagnolo Ivan Natz

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP **PSB**
Silvio Dreveck

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT **PSDB**
Paulinha
PR
Sergio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA
Moacir Sopelsa
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Coronel Mocellin
Fabiano da Luz
Paulinha
Milton Hobus
José Milton Scheffer
João Amin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO

PARLAMENTAR
Jerry Comper
Valdir Cobalchini
Ana Campagnolo
Maurício Eskudlark
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Ismael dos Santos
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Milton Hobus
João Amin

COMISSÃO DE PESCA

E AQUICULTURA
Dirce Heiderscheidt
Volnei Weber
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Moacir Sopelsa
Volnei Weber
Marcius Machado
Sargento Lima
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA

DOS DIREITOS DA PESSOA

COM DEFICIÊNCIA
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Dr. Vicente Caropreso
Marlene Fengler
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS

E DO MERCOSUL
Ada De Luca
Fernando Krelling
Sargento Lima
Neodi Saretta
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS

E TRIBUTAÇÃO
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA

E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Ada De Luca
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO

E MEIO AMBIENTE
Dirce Heiderscheidt
Valdir Cobalchini
Ivan Natz
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS

DIREITOS DO IDOSO

Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Fabiano da Luz
Sergio Motta
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sergio Motta
Milton Hobus
João Amin

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ada De Luca
Bruno Souza
Coronel Mocellin
Fabiano da Luz
Paulinha
Milton Hobus
João Amin

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA

E DESPORTO

Fernando Krelling
Valdir Cobalchini
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA

Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado
Neodi Saretta
Paulinha
Julio Garcia
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Jair Miotto
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Sergio Motta
Ismael dos Santos
João Amin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO

E COMBATE ÀS DROGAS

Fernando Krelling
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sergio Motta
Ismael dos Santos
João Amin

COMISSÃO DE ASSUNTOS

MUNICIPAIS
Jerry Comper
Romildo Titon
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Sergio Motta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXX NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 002ª Sessão Ordinária realizada em 04/02/2021 2 Ata da 003ª Sessão Ordinária realizada em 09/02/2021 5</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa DL..... 10</p> <p>Publicações Diversas Extrato..... 10 Portarias..... 10 Projetos de Lei 11 Requerimento..... 12</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2021

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Nilso Berlanda
DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) – Manifesta grande preocupação pelo ritmo que está sendo a vacinação nos municípios catarinenses e no Brasil afora. Comenta das dificuldades enfrentadas para obter a vacina e lembra

que faz quase 20 dias que se iniciou a campanha, e o Estado aplicou, segundo dados divulgados, apenas 36% das doses recebidas até o momento.

Questiona o porquê de alguns municípios vacinarem até às 17:00 horas de sexta-feira e não vacinarem aos sábados e domingos, e mostra-se preocupado com a situação de emergência. Relata que há municípios que têm 21 salas de vacinação e utilizam apenas uma, e a capital aplicou em uma segunda-feira apenas 115 vacinas.

Cobra agilidade e pede que o Estado fiscalize, pois, segundo informações obtidas, o medo tomou conta da população por causa das sanções para quem furar a fila de vacinação. Mostra-se a favor das sanções, mas pede que não se pare a vacinação para investigar casos pontuais.

Entende que tem poucas vacinas, mas argumenta que, segundo cálculos realizados, estão sendo vacinadas seis pessoas por dia por sala de vacina, e ressalta que isso não é possível, pois desta forma fica difícil sair da pandemia.

Faz apelo que não se pare com a vacinação quando alguém não quer vacinar, que se vacine outro, e indaga o porquê das poucas vacinas disponíveis estarem sendo aplicadas em ritmo tão

lento. Pede veementemente aos administradores que agilizem a aplicação, porque enquanto se faz discurso político, o povo está morrendo.

Deputado Ismael dos Santos (Apartante) – Parabeniza o Deputado Neodi Saretta pelo protagonismo na Comissão de Saúde e ratifica suas palavras, dizendo que o Estado tem 7 milhões de habitantes e apenas 70 mil doses aplicadas. Lamenta o ritmo lento da vacinação no Estado e espera que novas parcerias sejam feitas.
[Taquigrafia: Guilherme]

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Parabeniza os Deputados pela nova composição da Mesa deste Parlamento, acreditando que a Presidência e a Mesa são veículos para a fala do Deputado.

Afirma que o segundo biênio é muito importante para fazer as coisas funcionarem dentro da Casa. Comenta sobre o Regimento Interno, e faz comparação entre Regimento e acordo, explicando que Regimento é regra e acordo é exceção, e fala da sua expectativa para que se utilize o Regimento no ano de 2021, e que em uma situação emergencial se utilize o acordo. Cita como exemplo o Projeto apresentado pelo Deputado Bruno Souza do *Homescolling*, que ficou parado durante

a pandemia, mas segundo o Regimento Interno tem prazo para tramitação.

Cobra da Presidência da Casa agilidade e responsabilidade sobre a utilização do Regimento Interno. Lembra que as emendas também são ferramentas dos Deputados, com a finalidade de fortalecer o Projeto e não para mudar a sua estrutura. Pede aos demais Deputados que votem na Casa a favor ou contra, mas que não se criem emendas contrárias a projetos de seus colegas.

Finaliza, dizendo que cobrará desta Presidência que seja a sua voz, e não aceitará mais que outros Deputados segurem projetos dos demais Parlamentares somente por não serem a favor.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Demonstra seu apoio à fala do Deputado, e o parabeniza pelo posicionamento. Destaca que a população cobra dos Deputados o número de projetos apresentados e aprovados.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante) - Diz que o assunto citado é muito importante na ordem de prioridade de alguns assuntos, e espera que o Conselho de Líderes, neste ano, se reúna e possa escolher com prioridade questões que estão simplesmente engavetadas.

[*Taquigrafia: Guilherme*]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - A Presidência faz o registro, em seu nome e em nome do Deputado Mauro de Nadal e da Mesa Diretora, que fará o possível para cumprir o Regimento Interno da Casa.

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) - Informa que, em Laguna, junto à Deputada Paulinha, recebeu o Secretário Nacional da Pesca, Jorge Seif Junior, e comenta que há previsões de investimentos federais para a pesca esportiva. Acrescenta que, como presidente da Comissão da Pesca, sempre busca contribuir com a economia catarinense.

Cita o deslocamento do Presidente Bolsonaro e alguns Ministros para Santa Catarina, na presente data, e tece elogios aos parlamentares estaduais e federais que representam os catarinenses. Comenta que o Presidente está vindo entregar veículos para o setor de assistencialismo social.

Tece críticas aos casos de maus-tratos domésticos e comenta que estudos indicam que a violência contra crianças pode aumentar 32% durante a pandemia. Cita diversos dados que evidenciam o alto índice de violência doméstica contra crianças e adolescentes em âmbito nacional e estadual.

Conclui sua fala, enaltecendo a importância de sensibilizar os demais parlamentares, e buscar a união dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na intenção de defender as crianças, adolescentes e idosos.

[*Taquigrafia: Northon*]

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Informa que, na pós-pandemia, houve um saldo negativo de 530 mil demissões em Santa Catarina, prejudicando milhares de famílias. Em contraponto, cita que houve um saldo positivo na abertura de 3.480 novas empresas.

Informa que, por conta do momento de crise econômica e desemprego, a Casa, juntamente com o Secretário da Fazenda Paulo Eli, elaborou e aprovou o projeto Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais, facilitando a negociação das dívidas dos empresários catarinenses com o Estado, na intenção de diminuir o número de demissões e fechamento de empresas.

Questiona o motivo de o Governador Carlos Moisés ter vetado o projeto que beneficia os empresários, responsáveis por gerar empregos e fazer a economia crescer. Solicita que os demais Deputados votem na derrubada do veto.

[*Taquigrafia: Northon*]

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Faz menção em relação à viagem do Governador do Estado a Brasília para tratar sobre a BR-470, que é federal, e oferecer ajuda financeira para a referida estrada. Menciona o perigo que ela representa à população, e entende que é importante que seja feita a duplicação. Ao mesmo tempo, fala do Município de Salete ao exibir fotos em que mostra a situação do acesso ao citado Município, com buracos e outros problemas, demonstrando indignação com o Governador por não conseguir manter as estradas estaduais em boas condições, mas oferece ajuda para um compromisso do Governo Federal. Destaca que os Vereadores de várias localidades do Estado estão a buscar alguém que arrume as estradas, mas encontram dificuldades entre os órgãos responsáveis para resolver a questão das condições precárias das rodovias estaduais.

[*Taquigrafia: Sílvia*]

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Enfatiza que Santa Catarina é o sexto Estado brasileiro que mais arrecada impostos federais, e o 20º em retorno, pois é preciso mendigar para conseguir dinheiro para as estradas. Afirma que Estado não pode mais viver sob este pacto colonial, é preciso pleitear uma revisão deste Pacto Federativo.

Contesta a situação, dizendo que esta Casa Legislativa é que deveria ser o centro das decisões catarinenses, mas é Brasília, com deputados que não conhecem o Estado, e podem não ter compromisso algum com o bem-estar do povo. Reforça que esse Pacto Federativo não serve a Santa Catarina e não deve ser aceito, pois é espoliador, a cada R\$100,00 que vai para Brasília, apenas R\$15,00 retornam ao Estado.

Mostra-se indignado porque o Projeto de Educação Domiciliar é o mais antigo dessa Legislatura ainda não votado. Quando foi para a Comissão de Educação, já havia sido proposto há um ano, veio a pandemia e o projeto não saiu das mãos da Deputada Luciane Carminatti, porque ela é ideologicamente contrária ao projeto.

Fala com veemência que é preciso mudar o Regimento Interno, pois o prazo não pode ser contado em sessões da comissão, tem que ser contado em semanas, deve ser alterado no se refere aos prazos.

Constatou que a Deputada Ana Campagnolo fará parte da comissão,

então já lança o seu nome como candidata à presidência da Comissão de Educação. Faz um apelo a todos os Parlamentares para que seja mudada a presidência dessa comissão, que seja eleita uma pessoa com uma vertente ideológica diferente, que não trate com preconceito as pautas que discorda.

Informa que também pede votos para a Deputada Ana, e a sua assessoria passará em todos os gabinetes para pedir a assinatura para um projeto de resolução, que será em nome de todos os Deputados, para mudar esse aspecto no Regimento.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Demonstra seu apoio à candidatura da Deputada Ana para a presidência dessa comissão. Esclarece que não cabe à presidente decidir se o projeto é bom ou ruim, deve apenas dar os devidos encaminhamentos. Acrescenta que também tem um projeto nessa comissão, que restringe a ideologia de gênero na Constituição, que não anda.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Diz que é parceiro, principalmente no que diz respeito à mudança do Regimento, quanto ao prazo por número de reuniões. Afirma que já está fazendo campanha para a eleição da Deputada Ana, e está pedindo voto.

[*Taquigrafia: Eliana*]

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Menciona visita que o Presidente Bolsonaro fará a Santa Catarina para a entrega de mais de 200 veículos na área de assistência social, o que considera um grande feito do Governo Federal, pois está mostrando trabalho e transparência. Enfatiza que o Estado ocupa a sexta posição em arrecadação, porém está entre os últimos da lista no recebimento de recursos federais, o que considera injusto.

Cita a questão da BR-163 na região oeste do Estado, quando houve a promessa do Governo Federal de que em agosto de 2020 reiniciariam as obras, o que não aconteceu, contudo em setembro fez a cobrança e foi dito que o projeto estava sendo adaptado, mas a população que utiliza essa rodovia está indignada, pois quem produz, trabalha e faz o desenvolvimento do oeste quer uma resposta.

Faz exibição no telão do Plenário do ofício que recebeu do Ministério dos Transportes, constando que o projeto deverá estar concluído no mês de março, entretanto indaga como o Ministro, no ano passado, na cidade de Jaguaruna, anunciou o reinício da obra da citada rodovia para o mês de agosto, relatando que as rodovias federais são de responsabilidade do Governo Federal. Entende que os representantes de Santa Catarina no Senado e os Deputados Federais precisam tomar posição, pois o Estado não pode ficar por último na fila das obras federais.

[*Taquigrafia: Sílvia*]

Partido: PSL

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN (Orador) - Referente ao viaduto de São José do Cedro, cuja região conhece, considera que a obra não foi acompanhada por engenheiro. Também cita que a BR-163 está intransitável, com filas de caminhões parados, e isso vem de longa data. Espera que o Governo Federal

se sensibilize realmente, e faça pelo menos uma obra de recapeamento e terceira pista nas subidas.

Parabeniza o Deputado Maurício pelas reivindicações e se coloca à disposição para trabalhar conjuntamente, na Bancada do Oeste, para ver a BR-163 renovada. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Demonstra apoio à fala do Deputado Neodi Saretta, com relação à preocupação com a morosidade da vacinação dos catarinenses contra a Covid-19. Propõe uma conversa, reunião ou audiência pública, com o Secretário da Saúde, para que o mesmo possa demonstrar os números da aplicação da vacina à população catarinense, e também a possibilidade da chegada de mais vacinas, pois estamos em uma situação de calamidade.

Confirma o seu reconhecimento, respeito e solidariedade a todos os profissionais da Saúde, em moção que irá protocolar na Casa. Faz menção ao jornalista Flávio Brugnago, do *Jornal do Vale*, pela sua luta no jornalismo de qualidade, presente em todos os eventos de Santa Catarina.

Menciona o assunto já debatido em Plenário por outros colegas Parlamentares, sobre o engavetamento de projetos nas comissões da Casa. Diz que há mais de dois anos vem lutando para a aprovação do projeto de sua autoria, para modernizar e resolver algo que diz respeito à área da Saúde, que é a Reforma do Código Sanitário, relatando que o projeto se arrasta desde quando era Secretário da Saúde. Cita que muitos projetos são travados nas comissões.

Fala também sobre o seu Projeto de Resolução, que trata sobre o uso obrigatório de máscaras pelos Parlamentares, nas sessões, enquanto persistir a pandemia, e até agora não obteve resposta. Encerra dizendo que é um assunto que traz respeito, à existência da pandemia, pois a prevenção é uma forma de amar o próximo.

[Taquígrafa: Ana Maria]

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0012/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando, ao Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, informações acerca do efetivo de agentes penitenciários.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0013/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do andamento do projeto da rodovia estadual entre os municípios de Rio Rufino e Urubici.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0014/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos recursos oferecidos pelo Governo do Estado para a conclusão de duplicação da BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0015/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da aplicação dos recursos devolvidos pela Assembleia Legislativa ao Poder Executivo Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0016/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da repavimentação de 93% dos trechos levantados como "maus/Péssimos"

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0017/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do aumento da quantidade de rodovias pavimentadas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0018/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca de investimentos na área de turismo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0019/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca de investimentos na área de logística.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0020/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, cópia do cronograma da obra de construção da Ponte que irá ligar os Municípios de Tubarão e Capivari de Baixo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0021/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da autorização do edital de licitação para contratação de empresa para restauração com aumento de capacidade da SC-283.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0022/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do número de policiais militares e do número de policiais civis na ativa no Estado de Santa Catarina desde o ano de 1987.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0023/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do andamento da licitação que visa contratar empresas para fins de publicidade do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0024/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da conclusão da pavimentação asfáltica da SC-433.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0025/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da construção de um prédio para abrigar o serviço de verificação de óbito no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0026/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do edital de licitação para contratação de empresa para elaboração de projeto de restauração da SC-386.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0027/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando, à Secretaria de Estado da Educação, informações acerca do relatório técnico recente sobre as condições da Escola Francisco de Paula Seára, em Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0028/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando, à Secretaria de Estado da Educação, informações acerca dos Contratos assinados com a PROSUL.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Bruno Souza.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0029/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando, ao Secretário de Estado de Infraestrutura, informações acerca do plano de aviação do aeroporto regional do planalto serrano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0030/2021, de autoria do Deputado Ricardo Alba, solicitando, ao Secretário de Estado da Administração, informações acerca dos imóveis de

propriedade do Estado situados no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0022/2021, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso à Associação Chapecoense de Futebol por ter sido campeã do campeonato brasileiro da Série B.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0017/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza e outro(s), requerendo a tramitação em regime de prioridade do Projeto de Lei Complementar nº 003/2019, que "Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, a fim de incluir a previsão da educação domiciliar".

Em discussão.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria a sra. Deputada Luciane Carminatti e os srs. Deputados Silvio Dreveck Bruno Souza.

A Presidência indaga ao Deputado Bruno Souza se ele aceita a sugestão do Deputado Silvio Dreveck para retirada de pauta do requerimento, e o autor informa que não será retirado.

O sr. Presidente, Deputado Nilso Berlanda registra que é visível a falta de quórum neste momento, e infelizmente a matéria será apreciada na próxima sessão.

Deputado Ivan Naatz – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ – Informa que assim que formar a comissão de Infraestrutura de SC, estará protocolando um requerimento de convocação do Secretário da Infraestrutura para que venha à comissão explicar a proposta do Governador de colocar R\$ 200 milhões em obras do Governo Federal, enquanto as rodovias estaduais estão abandonadas.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0012/2021, 0013/2021 e 0014/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 0016/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper; 0018/2021 e 0022/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0019/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti; 0020/2021, de autoria do Deputado José Milton Scheffer; e 0023/2021, de autoria do Deputado Silvio Dreveck.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0023/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; e 0024/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Transcrição: Taquígrafa Sara]

Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputados: Mauro de Nadal Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Deputado Ricardo Alba – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Concede a palavra ao sr. Deputado Ricardo Alba.

DEPUTADA RICARDO ALBA – Faz o registro da presença de sua esposa no Plenário da Casa. Ressalta que hoje é o dia do seu aniversário e ela veio de Blumenau para prestigiar a sessão.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Igualmente, cumprimenta a visitante e agradece a presença.

Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Parabênza o Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, através do coronel Dionei, que fez o chamamento de 500 policiais para incorporarem as fileiras da Polícia Militar, o que faz parte de um planejamento estratégico para que isso ocorra todo ano.

Menciona que, no passado, era difícil haver critérios e técnica

em relação à escolha de quantos e quando fazer um concurso, como o Estado foi administrado até então, ouvindo basicamente a opinião política sobre o assunto. Considera isso muito errado, pois foram quase seis anos sem haver um concurso. Diz que é preciso que anualmente haja a recomposição dos quadros, e que o Governo atual, ou os próximos, comecem a acompanhar a tecnicidade para tomar esses tipos de decisões.

Ressalta que lhe cabe como Deputado fiscalizar o Poder Executivo. Afirma que já está começando a escutar pelo Estado algumas pessoas dizendo que vão levar tantos policiais para sua cidade, outras dizendo que têm acesso ao Governo e vão levar mais tantos. Em outras situações aconteceu dessa forma, mas agora não vai, porque garante que irá fiscalizar o destino de cada um desses policiais. Reforça que não mandará ofício pedindo policial para sua cidade, porque esse não é o seu papel.

Relata que pessoas disseram que suas cidades recebem um grande

número de turistas e precisam de mais policiais, sendo assim, Joinville recebe uma média de turistas em torno de oito mil pessoas diariamente. Além disso, se quiserem utilizar o PIB como indicativo para aonde vai policial, fica pior ainda, porque terão que construir, no mínimo, uns três quartéis em Joinville.

Solicita para que seja mantido o discurso de campanha, tecnicidade na escolha, também na escolha de secretários, respeito às regiões, respeito a sua região de Joinville, não somente para buscar votos. *[Taquiografia: Eliana]*

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) – Discorre sobre o veto de um projeto de lei de sua autoria e do Deputado Sargento Lima, pedindo a sua derrubada, pois o mesmo é de grande magnitude para o Estado de Santa Catarina, no que tange aos consumidores que pagam uma tarifa de esgoto que os onera em 100% do que consomem de água.

Cita que, em conversa com a presidente da Casan, ela disse que para tratar um copo de esgoto é mais caro do que tratar um copo de água. Coloca que não consegue entender como, nos municípios onde essa prestação de serviços foi municipalizada, como em Lages, é 80%, em outros é 60% e têm lucro, mas quando vai discutir com a Casan ela dá essa desculpa. O Deputado faz questão de frisar que a água vem do meio ambiente, vem de graça da natureza.

Ressalta que, buscando informações, encontrou na ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, um estudo que diz que 80% do que se consome de água retorna em forma de esgoto. Entretanto, em todos os Municípios administrados pela Casan, a tarifa do esgoto é 100%, rompendo o Código de Defesa do Consumidor, que diz que somente se pode pagar aquilo que gastar.

Menciona que muitos Vereadores não sabem o que fazer, pois nas discussões não há acordo. Pede o apoio dos demais Parlamentares para derrubar o veto do Governador a um projeto que fixa em até 70% a tarifa do esgoto do que se consome de água. Fala que estão conseguindo assinaturas, já foram colhidas cinco mil, em duas semanas, em Otacílio Costa; as pessoas não aguentam mais e, infelizmente, o Governador virou as costas para o povo.

Registra os lucros que a Casan vem tendo no decorrer dos anos, e empresa pública não é para ter lucro para acionista, a função dela é universalizar o acesso à água potável e ao tratamento de esgoto. Fala que obteve a informação de que a presidente da Casan recebe R\$46 mil de salário, e os diretores R\$23 mil, mas precisa que, pelo menos, seja respeitado o Código de Defesa do Consumidor.

Com veemência, clama para que os Deputados possam derrubar esse veto, e concomitantemente fará uma ação popular e ingressará na Justiça.

Finalizando, constata que a Aresc, que deveria proteger, infelizmente, não faz o seu papel, não cumpre com a lei que deveria proteger o consumidor.

Deputado Ricardo Alba (Aparante) – Concorde com a derrubada desse veto. Afirma que é um tema municipalista, porque a Casan não faz atendimento para todo o Estado, e em Blumenau, o cidadão paga 120% de esgoto do que paga na água. Sinaliza que,

ao derrubar o veto, mostra para a Casan que ela tem limite ao impor tarifas, e que esse recado vá para todas as Prefeituras.

Deputado Sargento Lima (Aparante) – Enfatiza que o ex-prefeito de Joinville também veio com a cobrança de 120%. E, mesmo esses 80%, deveria ser comprovado pela empresa prestadora de serviços que retornam com a mesma qualidade da água que foi captada da natureza, o que também não acontece, esse é o problema.

Acrescenta que não é possível fazer caixa para financiar candidaturas, ficar rico, prestando serviço público. Se existem cidades que cobram 60% e pagam suas dívidas, como outra cobra 120%? Reforça ser parceiro nessa causa e em outras que surgirão. *[Taquiografia: Eliana]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) – Comenta as visitas costumeiras dos Parlamentares às escolas, hospitais e instituições, encontrando, em certas ocasiões, coisas surpreendentes ou ficando entristecidos.

Conta à história de uma obra iniciada em 2013, no município de Jaraguá do Sul, com recursos estaduais e federais, sendo finalizada em 2017, mas não teve a devida atenção no tocante à vigilância patrimonial.

Apresenta algumas fotos do prédio, que foi construído para ser uma escola de período integral, mas hoje está totalmente abandonada. Lembra que a mesma teve um custo de R\$ 7,8 milhões. Lamenta o abandono da mesma e cita atos de vandalismo que ocorreram, como o furto de fios elétricos.

Diz que solicitou junto a Secretaria de Educação um levantamento sobre a real situação do prédio, e para sua surpresa quem está avaliando todas as obras é a Secretaria de Infraestrutura, mas ao solicitar uma fiscalização ninguém apareceu por causa de um item na licitação.

Reforça que a obra está à espera de uma nova licitação e mostra-se preocupado, pois para realizar o término da mesma será necessário um investimento de no mínimo R\$ 1,1 milhão.

Fala que esta não é uma obra isolada, que moradores próximos a BR-280, em Guaramirim, esperaram cerca de dez anos para a entrega do Centro de Convenções do município, onde haveria uma escola de ensino profissionalizante. Pede mais agilidade nos processos de licitação e administrativos das obras estaduais, e lembra que não é de fazer críticas, mas algo está errado. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) – Lembra que no ano de 2020 fez uma denúncia, nesta Casa e no Ministério Público, sobre a atual situação do SAMU no Estado.

Comenta que sua administração hoje é realizada por uma empresa terceirizada com diversas irregularidades no seu passado. Discorre sobre os problemas e histórico da empresa terceirizada, lembrando que a Justiça do Estado do Rio de Janeiro declarou que a mesma é incapaz de administrar o SAMU.

Questiona a contratação desta empresa em Santa Catarina, e ao visitar a base localizada no bairro Saco dos Limões, observou que a Vigilância Sanitária permite que a mesma opere de forma irregular, mas após sua visita a base foi fechada pelo órgão sanitário.

Lembra que a empresa está atuando de forma irregular no Estado, e faz

denúncias, pois recebeu de diversos funcionários do SAMU a informação de FGTS atrasado, escala de férias não cumpridas, medicamentos guardados de formas irregulares, e o corte de comunicação como telefones e rádio comunicador.

Reforça que os catarinenses estão sofrendo com o mau funcionamento do SAMU, pois convivem com o péssimo serviço prestado, mas o Governo insiste em renovar o contrato com a citada empresa.

Deputado Kennedy Nunes (Aparante) – Comunica que protocolou um pedido junto a Comissão de Saúde para uma reunião com os responsáveis da Saúde e a Empresa OZZ, para uma acareação e esclarecer as informações desencontradas.

Deputado Sargento Lima (Aparante) – Comenta que a junção entre o que é público e privado, via de regra, não termina bem. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) – Informa que protocolou, no período de recesso parlamentar, uma série de denúncias ao Ministério Público, ao Governo do Estado e ao Tribunal de contas, referentes a várias irregularidades feitas pelo comando da PMSC. Registra, inclusive, que fez um boletim de ocorrência, por conta das ameaças que recebeu quanto às denúncias.

Cita que o Ministério Público e a Justiça Militar estão analisando as suas denúncias, e que está acompanhado o andamento da questão pessoalmente. Questiona e diz que não entende qual é a parceria que o Governo atual tem com o comando militar catarinense. Cita que é um dos piores comandos da PMSC.

Faz apresentação de vídeo para ilustrar a sua fala. Crítica também o Governo estadual pelo projeto para contratar policiais temporários, que irão ganhar R\$ 2 mil a mais que o policial que trabalha nas ruas, correndo risco de vida.

Finaliza, destacando que a população catarinense não esqueceu os R\$ 33 milhões que foram pagos por respiradores que não chegaram ao Estado.

Deputado Jessé Lopes (Aparante) – Também cobra do governador Carlos Moisés os R\$ 33 milhões pagos pelos respiradores, e que até agora não se obteve nenhuma resposta. *[Taquiografia: Ana Maria]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) – Volta a falar sobre a morosidade na aplicação da vacina contra a Covid-19 no Estado catarinense. Diz que é público e notório que são poucas as vacinas, bem como a lentidão na aplicação das mesmas, pois foi constatado que apenas 89 mil doses foram aplicadas, sendo que Santa Catarina até agora recebeu 298.140 mil doses da vacina. Destaca que existem vacinas represadas nos municípios e nas secretarias, que não foram aplicadas, e defende que se amplie a base das prioridades.

Comenta que a ocupação de leitos de UTI está muito complicada, e que o Hospital de Chapecó já transferiu 13 pacientes para outros hospitais, a cidade de Xanxerê está em alerta, já sem condições de receber pacientes com Covid-19, e o Hospital de Concórdia cobra reativação e abertura de novos leitos, mais profissionais e agilidade na vacinação contra a pandemia.

Lamenta muito o horário das vacinas, que só funcionam de segunda a sexta-feira nos postos de saúde. Portanto, o Estado precisa abrir mais leitos para pacientes contaminados, a vacinação precisa andar com mais rapidez, afirmando que estamos vivendo um momento de grande preocupação e de apreensão.

Encerra, corroborando a fala dos demais Deputados sobre os problemas do SAMU, e também apelando às autoridades do Governo e às Secretarias da Saúde que se amplie o horário de vacinação para a população catarinense, solicitando ao Ministro da Saúde que tome providências urgentes sobre a questão. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) – Agradece ao Presidente Mauro de Nadal o atendimento do pedido que fez para que os Parlamentares voltassem a usar a tribuna.

Exibe, no telão do Plenário, imagem do mapa brasileiro que mostra a cor, conforme o percentual de pessoas vacinadas, demonstrando sua preocupação em relação a esse fato, e diz que Santa Catarina está entre os piores Estados do Brasil e o pior dos três Estados do sul. Menciona que, na presente data, os dados apontam que 1,79% da população brasileira já recebeu, ao menos, uma dose, já no Estado catarinense o percentual é de 1,05%, ficando atrás do Rio Grande do Sul e do Paraná, e enfatiza que se for comparado em termos de população o Estado de Goiás está à frente de Santa Catarina, mesmo tendo um pouco menos de um milhão de habitantes com relação a Santa Catarina.

Destaca que das 213 mil doses oferecidas no Estado, apenas 78 mil foram destinadas a Florianópolis, Joinville, São José e Chapecó, percebendo uma desintegração entre os municípios, pois muitos não estão sendo avisados das doses disponíveis. Por isso, questiona e fará uma convocação, desejando que seja aprovada, do Secretário de Estado da Saúde para que dê explicações aos Deputados, aos Secretários Municipais de Saúde, para a Fecam, de como está sendo executado o plano estadual de vacinação. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) – Faz menção ao trabalho que o Secretário da Infraestrutura, Thiago Vieira, está desempenhando frente a tantas demandas da sociedade catarinense. Destaca os problemas de conservação das rodovias estaduais, bem como a duplicação da BR-470, pela possibilidade de o Governador alocar recursos do Tesouro do Estado para as obras da citada estrada, pois entende que os recursos dos impostos arrecadados pelo Governo Federal devem ser investidos nas rodovias catarinenses.

E, desde já, se posiciona contrário caso tenha que ser deliberado no Plenário da Alesc projeto pedindo autorização dos Deputados estaduais para fazer esse investimento na BR-470. Ao mesmo tempo, acredita que os Parlamentares estaduais devem se mobilizar junto aos Deputados federais e Senadores do Estado para que seja dada celeridade quanto à rodovia mencionada.

Concorda com o Deputado Silvio Dreveck em relação às concessões; com pedágios justos, em muito melhorariam a situação das rodovias catarinenses.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) – Corroborando a fala do Deputado ao se reportar à questão da BR-470, e diz que faz aproximadamente 15 anos que se fala em revitalização, porém nada acontece. Assim, salienta entender a angústia do Governador, mas defende que os recursos arrecadados no Estado uma parte tem que voltar em investimentos.

Deputado Silvio Dreveck (Aparteante) – Faz referência ao tema discutido, discorrendo sobre a situação das rodovias catarinenses, e entende que será difícil fazer a duplicação sem a concessão por parte do Governo Federal. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) – Faz coro aos discursos dos Deputados Moacir Sopelsa, Cobalchini e Silvio Dreveck, em relação ao equívoco do Governo do Estado em priorizar recursos do Estado para efetuar manutenções nas rodovias federais, ao invés das estaduais.

Comenta que o Ministro da Infraestrutura prometeu que iniciaria as obras da BR-163 em agosto de 2020, mas não está cumprindo. Reconhece que o Governo Federal está inaugurando obras diariamente em todo o território nacional, mas acredita que Santa Catarina merece mais atenção. Reforça a necessidade de cobrar dos Senadores e Deputados federais as devidas manutenções em rodovias federais em território catarinense.

Informa que questionou o Secretário da Saúde do Estado para saber o motivo de Santa Catarina ser um dos últimos Estados em vacinação. Como resposta, relata que o secretário informou que está segurando as vacinas para que haja vacinação suficiente para duas doses.

Comenta que recebeu, na presente data, o Presidente da Fecam, o prefeito de Araquari, Cleilton Pereira, relatando que os municípios não estão aplicando a vacina, diz, portanto, ser necessário verificar se há erro de logística ou administrativo.

Deputado Neodi Saretta (Aparteante) – Concorda com a fala do Deputado, mas discorda em alguns quesitos. Elucida que até sexta-feira passada apenas 30% das doses que vieram tinham sido distribuídas, e realmente a vacinação está andando devagar no Estado, independente da reserva para a segunda dose. *[Taquígrafa: Northon]*

Partido: PSL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Relembra, em ordem cronológica, as diversas etapas, impasses e problemas com o acordo entre o Governo do Estado e os agentes da segurança pública a respeito da restituição do déficit inflacionário e a lres para a Polícia Militar, Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias e Corpo de Bombeiros Militares.

Comemora que finalmente houve incorporação da lres para agentes da Segurança Pública do Estado, e agradece os demais Deputados que colaboraram na pauta.

Antes de encerrar seu discurso, o Deputado solicita que o Governo do Estado e Prefeitos debatam o assunto a respeito dos recursos federais destinados ao Estado. *[Taquígrafa: Northon]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Está reaberta a sessão.

(Passa a ler)

“ATO DA MESA N. 004-DL, de 2021
A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Dirce Aparecida Heiderscheidt, 1ª Suplente da Coligação MDB/PSDB, para ocupar cadeira de Deputada neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Luiz Fernando Vampiro, indicado para o cargo de Secretário de Estado da Educação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 9 de fevereiro de 2021.”

Neste momento, a Presidência convida a Deputada Dirce para que proceda à assinatura do Termo de Posse e Compromisso.

(Pausa)

Declara empossada a Deputada Dirce Heiderscheidt ao cargo de Deputada Estadual.

Tendo em vista a Ordem do Dia, a senhora Deputada abre mão de fazer uso da palavra neste momento.

Solicita à assessoria que abra o painel para que se possa fazer a verificação de quórum.

(Pausa)

Havendo quórum regimental para deliberação, passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0031/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do andamento dos tramites relacionados ao pagamento da Emenda Impositiva nº 799 que visa conceder auxílio de custeio para manutenção das atividades da Associação Coral de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0032/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da sessão de concorrência que visa conceder o Centro de Eventos de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0033/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações atualizadas acerca da concessão do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0034/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do processo de reforma geral do Ginásio da E.E.B. Raulino Horn, no município de Indaial.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0035/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da calçada da Rodovia Admar Gonzaga, que vai da lateral do CREA até o supermercado local.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0036/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando ao Secretário de Estado da Administração e ao Secretário de Estado da Agricultura e Pesca, informações acerca da aquisição dos produtos da agricultura familiar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0037/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando a Secretária de Estado do Desenvolvimento Social, informações acerca da construção da sede do CRAS no Município de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0038/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura, informações acerca da produção, importação e preço do leite em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0039/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do funcionamento de aparelhos de ar-condicionado na UTI do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0023/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, cumprimentando os Presidentes da Associação Atlética Napoli, pela conquista do título de Campeã da Segunda Divisão do Campeonato Brasileiro Feminino de Futebol.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0024/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, cumprimentando o Presidente da Associação Chapecoense de Futebol, pela conquista do Campeonato Brasileiro na serie B.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0025/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, pelos enfermeiros envolvidos no enfrentamento da Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0026/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o Presidente do Conselho Regional de Química de Santa Catarina, pelos bioquímicos envolvidos no enfrentamento da Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0027/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o Presidente do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, pelos psicólogos envolvidos no enfrentamento da Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0028/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia de Santa Catarina, pelos fisioterapeutas envolvidos no enfrentamento da Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0029/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o Presidente do Conselho Regional de Medicina, pelos médicos envolvidos no enfrentamento da Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0030/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, pelos dentistas envolvidos no enfrentamento da Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0031/2021, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando os Policiais Militares Richard Ribeiro Castro e Handerson Faust Souza, pelo ato de bravura ao salvar a vida de adolescente que tentou cometer suicídio na cidade de Imbituba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0032/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e ao Ministério da Saúde, para que exista a possibilidade de inclusão dos professores da educação pública e privada, de todos os níveis e categorias, nas primeiras fases do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0033/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, apelando ao Diretor-Geral do DNIT, pela instalação de lombadas eletrônicas ou redutores de velocidade na BR-470 e na BR-282, além da instalação de uma passarela na BR-282.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0034/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, apelando ao Ministro da Infraestrutura e ao Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, pela recuperação asfáltica da BR-163, no trecho compreendido entre os Municípios de Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0017/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza e outro(s), requerendo a tramitação em regime de prioridade do Projeto de Lei Complementar nº 003/2019, que "Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, a fim de incluir a previsão da educação domiciliar".

Em discussão.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria as sras. Deputada Luciane Carminatti, Ana Campagnolo, e os srs. Deputados Bruno Souza, Jessé Lopes, Kennedy Nunes, Sargento Lima, Laércio Schuster, Fabiano da Luz, Ismael dos Santos, Maurício Eskudlark, Dr. Vicente Caropreso, Valdir Cobalchini, Sargento Lima e Marlene Fengler.

Deputado Bruno Souza – Pede a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO BRUNO SOUZA – Face às diversas manifestações, propõe uma solução, sugerindo, se a Deputada Luciane Carminatti concordar, que esperemos o prazo regimental das respostas das diligências, e retiraria o requerimento, e a Deputada se comprometeria em colocar em votação em até duas reuniões após o retorno do diligenciamento.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Temos agora uma questão de ordem, referente a votação ou não do requerimento do Deputado Bruno Souza.

Deputado Kennedy Nunes – Pede a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES – Tendo em vista que se está em discussão há muito tempo, se a Deputada Luciane Carminatti não aceitar a proposta, sugere que seja votado o requerimento.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra, pela ordem aos srs. Deputados Luciane Carminatti e Laércio Schuster.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI – Informa que mantém o requerimento, pois foi feito um bom debate sobre tramitação, e é preciso respeitar o trabalho das comissões.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER – Sugere que se faça de maneira simples, ou vota o requerimento, ou não vota o requerimento. Ganhando ou perdendo, este é o trabalho do Parlamento.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Indaga ao Deputado Bruno Souza se ele está retirando o requerimento.

DEPUTADO BRUNO SOUZA – Afirma que não está retirando e solicita a votação no painel.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Está encerrada a discussão. Em votação.

Os srs. Deputados que votarem “sim” votam a favor do Requerimento. Quem votar “não” rejeita o Requerimento. (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	não
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADA MARLENE FENGLER	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PE. PEDRO BALDISSERA	

DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VOLNEI WEBER	não

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal, acolheu a manifestação da Deputada Marlene Fengler, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 28 votos, sendo 9 sim, 19 não e nenhuma abstenção.)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. Deputados.

Temos 09 votos “sim”, 19 votos “não” e nenhuma abstenção.

Está rejeitado por maioria o Requerimento.

Requerimento n. 0021/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto, solicitando, à CELESC, informações acerca da incidência do ICMS na conta de energia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0032/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da Celesc, informações acerca de pessoas eletrodependentes usuárias dos serviços da Celesc.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0034/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da Celesc, informações acerca dos Municípios que iniciaram as instalações de energia trifásica no perímetro rural.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0035/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da Celesc, informações acerca da previsão de entrega da nova rede de distribuição de energia elétrica para o bairro Bomplant no Município de Corupá-SC.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0036/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da CIDASC, informações acerca das apreensões de JAVAPORCOS registradas nos últimos 5 anos no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0037/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da Celesc, informações acerca das eleições para o posto de Diretor Comercial da referida entidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0039/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando a Convocação do Secretário de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos quanto ao Estado de Santa Catarina ser um dos estados da Federação que menos imunizou proporcionalmente sua população.

Em discussão.

Discutiu e manifestou-se quanto à presente matéria o sr. Deputado João Amin. Igualmente, solicita o uso do Plenário para a citada reunião das 14h às 16h.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Informa que a solicitação do Deputado João Amin foi atendida, havendo a abertura da sessão ordinária e a suspensão, depois a sessão especial, e no seu encerramento a reabertura da sessão ordinária.

O requerimento está em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0041/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando a Presidente da CASAN, informações acerca do rompimento da lagoa artificial de evapoinfiltração de esgoto tratado localizado na Lagoa da Conceição em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0025/2021 e 0026/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 0027/2021 e 0028/2021, de autoria do Deputado João Amin; 0029/2021, 0030/2021, 0031/2021, 0033/2021 e 0038/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 0040/2021 e 0042/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0043/2021, de autoria do Deputado Marcos Vieira; 0044/2021, 0045/2021, 0046/2021, 0047/2021, 0048/2021, 0049/2021, 0050/2021, 0051/2021, 0052/2021, 0053/2021, 0054/2021, 0055/2021, 0056/2021, 0057/2021, 0058/2021, 0059/2021 e 0060/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; e 0061/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0025/2021, 0026/2021, 0027/2021, 0028/2021, 0029/2021, 0030/2021, 0031/2021, 0032/2021, 0033/2021, 0034/2021, 0035/2021, 0036/2021 e 0037/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0038/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 0039/2021, de autoria do Deputado João Amin; 0040/2021, 0041/2021 e 0042/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 0043/2021, 0044/2021, 0045/2021, 0046/2021 e 0047/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0048/2021 e 0059/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0049/2021, 0050/2021, 0054/2021, 0055/2021, 0056/2021,

0057/2021 e 0058/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0051/2021, 0052/2021 e 0053/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0060/2021, de autoria do Deputado Coronel Mocellin; e 0061/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima.

Finda a pauta da Ordem do Dia.
[Transcrição: Taquígrafa Sara]

Explicação Pessoal
DEPUTADO MAURO DE NADAL
(Presidente) – Não havendo oradores

inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.
(Ata sem revisão dos oradores.)
[Revisão: Taquígrafa Sara]

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 005-DL, de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 51, § 6º, da Constituição do Estado e com o art. 319, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória nº 231, de 2020, que "Dispõe sobre o ressarcimento a hospitais das diárias de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) não habilitados

pelo Ministério da Saúde, disponibilizados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019".

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de fevereiro de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente
Deputado Ricardo Alba - 1º Secretário
Deputado Rodrigo Minotto - 2º Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 3º Secretário
Deputado Laércio Schuster - 4º Secretário

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 034/2021

REFERENTE: 1º Termo de Apostilamento celebrado em 12/02/2021, referente ao Contrato CL nº 091/2015-00, celebrado em 30/11/2015, cujo objeto é a prestação de serviços para operação de central de serviços, suporte técnico e manutenção à microinformática.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).
CONTRATADA: CONECTAA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS EIRELI
CNPJ: 00.530.341/0001-79

OBJETO: O Valor do Contrato CL nº 091/2015-09, fica reajustado em 4,311090%, correspondente a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente ao período ocorrido entre dez/19 a nov/20.

Em decorrência de tal reajuste o valor da UST passa de R\$ 18,64 para R\$ 19,44, no caso da operação central dos serviços e de R\$ 19,80, para R\$ 20,65, no caso da UST relativa aos serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, incluindo configuração, dos equipamentos de microinformática e cabeamento.
LIMITE OPERACIONAL/ANO: Passa de R\$ 1.507.392,00, para R\$ 1.572.377,03.

VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigorar e ter seus efeitos financeiros a partir de 1/12/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, § 8º da Lei 8.666/93
Florianópolis/SC, 19 de Fevereiro de 2021

Maria Natel Scheffer Lorenz- Diretora- Geral

Brian Venceslau Michalski- Diretor de Tecnologia e Informações

PORTARIAS

PORTARIA Nº 198, 1º de fevereiro de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DAIANE DE SOUZA GOMES**, matrícula nº 10516, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 02 de fevereiro de 2021 (Liderança do PDT).

Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

Republicada por Incorreção

PORTARIA Nº 429, de 17 de fevereiro de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR FABIANO SALLES SOARES, matrícula nº 10445 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-43, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar 17 de fevereiro de 2021 (Liderança do Novo).

Carlos Antônio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

Republicada por Incorreção

PORTARIA Nº 442, de 18 de fevereiro de 2021.

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

MATR	NOME DO SERVIDOR	QDE DIAS	INÍCIO EM	PROC. Nº
1552	ALEXANDRE ALDO CIPRIANI	60	08/02/2021	356/2021
461	ZELIA TEREZINHA DE SOUZA	60	03/02/2021	357/2021

Maria Natel Scheffer Lorenz
Diretora-Geral

PORTARIA Nº 443, de 18 de fevereiro de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

PUBLICAR que a servidora **ISABEL DE FATIMA ANTUNES CONTE**, matrícula nº 10219 designada pelo respectivo Deputado, é a responsável pela Liderança do MDB para fins de convalidação e controle de frequência dos servidores externos e internos.

Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 444, de 19 de fevereiro de 2021.

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

MATR	NOME DO SERVIDOR	QDE DIAS	INÍCIO EM	PROC. nº
3635	ERON JOSE KUSTER	5	10/02/2021	1722/2021

Maria Natel Scheffer Lorenz
Diretora-Geral

* * *

PORTARIA Nº 445, de 19 de fevereiro de 2021

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **ANDERSON VILMAR MARTINS**, matrícula nº 7473, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Serviços Gerais, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ERON JOSE KUSTER, matrícula nº 3635, que se encontra em licença para tratamento de saúde, a contar de 10 de fevereiro de 2021 (DA - COORDENADORIA DE SERVICOS GERAIS).

Maria Natel Scheffer Lorenz
Diretora-Geral

* * *

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0030.7/2021

Institui sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação da população vacinada no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do plano estadual de vacinação contra a Covid-19, o sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação da população vacinada.

Parágrafo único. A presente Lei se aplica a todas as doses direcionadas ao Estado de Santa Catarina e a todas as pessoas vacinadas por essas doses.

Art. 2º Os municípios devem enviar diariamente as informações e os dados das pessoas contempladas com a vacina na sua cidade, para a Vigilância Epidemiológica do Estado, conforme o art. 3º desta Lei.

Art. 3º Deverão ser divulgadas, na forma de dados abertos e em plataforma centralizada, pela Vigilância Epidemiológica do Estado, as seguintes informações, todas discriminadas por município.

I - no que se refere a cada lote de doses encaminhado:

- a) identificação do lote;
- b) quantidade de doses encaminhadas no lote;
- c) identificação do responsável pelo transporte do lote até o município;

d) quantidade de doses ainda disponível no lote;

II - no que se refere à população vacinada:

a) identificação do vacinado, devendo constar, pelo menos, o nome completo;

b) data da (s) vacinação (ções);

c) local da (s) vacinação (ções);

d) grupo de vacinação a que pertence o indivíduo, seja qual for o seu grau de prioridade;

e) identificação do profissional que qualificou o indivíduo como pertencente a tal grupo;

f) identificação do profissional que aplicou a vacina;

g) identificação do lote ao qual pertence a vacina aplicada.

§ 1º Para fins desta Lei, são considerados dados abertos os dados acessíveis ao público, disponibilizados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, sem necessidade de qualquer tipo de identificação para acessá-los, limitando-se a creditar a fonte.

§ 2º No que se refere aos lotes em posse do município, ainda não repassados às unidades de vacinação, deverão ser divulgadas tão-somente as informações constantes nas alíneas "a" e "b", do inciso I, deste artigo.

Art. 4º Os dados referidos nesta Lei deverão ser atualizados em intervalos não superiores a 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 5º Na base de dados divulgada deverá estar disposta a designação explicitada o (s) responsável (eis) pela publicação, atualização, evolução e manutenção dos dados incluídos a prestação de assistência sobre eventuais dúvidas.

Art. 6º Esta Lei possui efeitos retroativos a 18 de janeiro de 2021, devendo os dados anteriores à sua publicação ser divulgados em até 20 (vinte) dias após o decurso deste prazo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Fabiano da Luz

Lido no Expediente
Sessão de 17/02/21

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Nosso Projeto de Lei busca impedir possíveis fraudes e descumprimento da ordem da recém iniciada vacinação contra a Covid-19, objetivando a transparência do processo por meio da criação de uma plataforma centralizada onde qualquer cidadão poderá fazer o controle social do programa de imunizações.

Em uma pandemia histórica como esta, em que todos vivem o peso das restrições, a transparência é uma excelente ferramenta de auxílio na concretização dos direitos de cada um à saúde e à vida. Sem o rastreamento das doses escassas e a devida identificação da população vacinada, o direito à vacinação fica comprometido, colocando o sistema de saúde em sérios riscos.

Desde o início da vacinação no Brasil temos acompanhado uma série de denúncias sobre indivíduos que estariam desrespeitando a ordem de aplicação, prejudicando os grupos prioritários e colocando em risco a credibilidade de todo o sistema.

De acordo com reportagem divulgada no programa Fantástico, da Rede Globo, em 24 de janeiro de 2021, a primeira semana de imunização contou com denúncias de "fura-fila" em 14 Estados e no Distrito Federal, havendo o Ministério Público aberto apuração em pelo menos 26 cidades.

Nossa proposta tem o condão de seguir as disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº12.527/2011, art. 31, § 1º, II), da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018, art.7º, II) e do Código de Ética da Medicina (Anexo da Resolução nº 2.217/2018, do Conselho Federal de Medicina, art. 73).

Por todo o exposto e considerando a relevância da matéria é que solicito o apoio e submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Deputado Fabiano da Luz

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0031.8/2021

Dispõe sobre a instituição do sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação da população vacinada no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do plano estadual de vacinação contra a Covid-19, o sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação da população vacinada no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A presente Lei se aplica a todas as doses direcionadas ao Estado de Santa Catarina e a todas as pessoas vacinadas por essas doses.

Art. 2º Deverão ser divulgadas, na forma de dados abertos e em plataforma centralizada, as seguintes informações, todas discriminadas por município:

I - no que se refere a cada lote de doses encaminhado:

- a) identificação do lote;
- b) quantidade de doses encaminhadas no lote;
- c) identificação do responsável pelo transporte do lote até o município;

d) quantidade de doses ainda disponível no lote;

II - no que se refere à população vacinada:

a) identificação do vacinado, devendo constar, pelo menos, o nome completo;

b) data da (s) vacinação(ções);

c) local da (s) vacinação(ções);

d) grupo de vacinação a que pertence o indivíduo, seja qual for o seu grau de prioridade;

e) identificação do profissional que qualificou o indivíduo como pertencente a tal grupo;

f) identificação do profissional que aplicou a vacina;

g) identificação do lote ao qual pertence a vacina aplicada.

§ 1º. Para fins desta Lei, são considerados dados abertos os dados acessíveis ao público, disponibilizados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, sem necessidade de qualquer tipo de identificação para acessá-los, limitando-se a creditar a fonte.

§ 2º. No que se refere aos lotes em posse do Estado, ainda não repassados aos municípios, deverão ser divulgadas tão-somente as informações constantes nas alíneas a e b, do inciso I, deste artigo.

Art. 3º Os dados referidos nesta Lei deverão ser atualizados em intervalos não superiores a 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 4º - Na base de dados divulgada, deverá estar disposta a designação clara do(s) responsável (eis) pela publicação, atualização,

evolução e manutenção dos dados, incluída a prestação de assistência sobre eventuais dúvidas.

Art. 5º Esta Lei possui efeitos retroativos a 18 de janeiro de 2021, devendo os dados anteriores à sua publicação serem divulgados em até 20 (vinte) dias após o decurso do prazo constante no art. 6º.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,

Deputado Volnei Weber

Lido no Expediente
Sessão de 17/02/21

JUSTIFICATIVA

A recém iniciada vacinação contra a Covid-19 veio acompanhada de uma série de denúncias sobre indivíduos que estariam fraudando a ordem de aplicação, prejudicando os grupos prioritários e colocando em risco a credibilidade de todo o sistema.

De acordo com reportagem divulgada no programa Fantástico, da Rede Globo, em 24 de janeiro de 2021, a primeira semana de imunização contou com denúncias de “fura-fila” em 14 estados e no Distrito Federal, havendo o Ministério Público aberto apuração em pelo menos 26 cidades.

O presente Projeto de Lei busca impedir esse quadro grave por meio de transparência, criando uma plataforma centralizada por meio da qual qualquer cidadão poderá fazer o controle social do programa de imunizações.

Em uma pandemia histórica como esta, em que todos vivem o peso das restrições, a transparência é uma excelente ferramenta de auxílio na concretização dos direitos de cada um à saúde e à vida.

Sem o rastreamento das doses escassas e a devida identificação da população vacinada, o direito à vacinação fica comprometido, colocando o sistema de saúde em sérios riscos.

A proposição segue as disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011, art. 31, § 1º, II), da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018, art. 7º, II) e do Código de Ética da Medicina (Anexo da Resolução nº 2.217/2018, do Conselho Federal de Medicina, art. 73).

Pelas razões expostas, e considerando a urgência da matéria, peço o apoio dos colegas para a célere tramitação e aprovação deste texto.

Sala das Sessões,

Deputado Volnei Weber

PROJETO DE LEI Nº 0032.9/2021

Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas pelo não cumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no plano nacional e/ou estadual de imunização contra a Covid-19.

Art. 1º Esta lei disciplina as penalidades a serem aplicadas pelo não cumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no plano nacional e/ou estadual de imunização contra a Covid-19.

Parágrafo Único – São passíveis de penalização:

1 - o agente público, responsável pela aplicação da vacina, bem como seus superiores hierárquicos, caso comprovada a ordem ou consentimento;

2 - a pessoa imunizada ou seu representante legal.

Art. 2º As sanções previstas nesta lei serão impostas por meio de processo administrativo, nos termos da legislação vigente, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º Comprovada a infração do agente público, conforme previsto na alínea a do § 1º do artigo 1º, será aplicada multa de até 500 Unidades Fiscais do Estado de Santa Catarina.

§ 2º Comprovada a infração da pessoa imunizada ou seu representante legal, conforme previsto na alínea b do § 1º do artigo 1º, será aplicada multa de até 1.000 Unidades Fiscais do Estado de Santa Catarina.

§ 3º Se o imunizado for agente público, a multa será o dobro da prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 3º, o agente público deverá ser afastado de suas funções, podendo ao término do processo administrativo ter seu contrato rescindido ou ser exonerado.

§ 5º Nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 3º, sendo o agente público detentor de mandato eletivo, poderá este ser afastado observados os ritos previstos na legislação.

§ 6º A aplicação das sanções previstas nesta lei não prejudicará a aplicação das demais sanções previstas na legislação em vigor.

Art. 3º As penalidades previstas nesta lei não se aplicam em casos devidamente justificados nos quais a ordem de prioridade da vacinação não foi observada para evitar o desperdício de doses da vacina.

Art. 4º Os valores decorrentes das multas deverão ser recolhidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Volnei Weber

Lido no Expediente
Sessão de 17/02/21

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei visa estabelecer medidas administrativas de penalização ao descumprimento das regras e critérios estabelecidos pelo plano estadual e/ou nacional de vacinação de combate a COVID-19. Atendendo-se a fase cronológica de vacinação e os grupos prioritários, bem como a escassez das doses da vacina.

Deve-se coibir, rechaçar e punir os chamados “fura-fila”, que colocam em risco milhares de vidas.

Busca-se dessa maneira evitar que o indivíduo use de privilégios, poder político e/ou financeiro para receber a imunização antes do previsto pelo plano de vacinação.

Portanto, rogo a meus nobres pares que apoiem a presente iniciativa, uma vez que o Projeto se justifica e merece aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado Volnei Weber

PROJETO DE LEI Nº 0033.0/2021

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos cartórios a aceitarem pagamentos das taxas por meio de cartão de débito e crédito, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os cartórios ficam obrigados a aceitar pagamentos das taxas, por meio de cartão de débito e crédito, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Volnei Weber

Lido no Expediente
Sessão de 17/02/21

JUSTIFICAÇÃO

O uso do cartão de débito/crédito está cada vez mais em voga na sociedade devido a sua praticidade e segurança.

Hoje em dia conseguimos comprar em barraquinhas de lanches, quiosques, feiras, bancas de jornal e até mesmo em camelôs. A prática de cartórios, que por terem garantida a demanda de seus serviços, devido a sua importância e escassez de concorrência, de só aceitarem pagamento em dinheiro, avilta contra a dignidade do cidadão, que acaba sendo obrigado a andar com dinheiro em espécie.

Isso infelizmente, em nosso estado, é um perigo por conta da violência, expondo o cidadão a ser vítima de um assalto. Além disso, esta prática dificulta em muito a vida das pessoas que precisam desse serviço, que nem sempre tem acesso a um caixa eletrônico, ainda mais agora em tempo de pandemia, podendo suceder na perda de prazos e suas consequências. Por isso, peço aos meus pares a aprovação desse projeto de Lei para facilitar o pagamento de serviços tão importantes prestados pelos nossos cartórios e garantir o respeito ao cidadão catarinense.

Sala das Sessões,

Deputado Volnei Weber

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 0002.2/2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art.40 do Regimento Interno., **REQUEREM** a constituição de Frente Parlamentar, no âmbito da Alesc, cm o objetivo de “Infraestrutura e Mobilidade”.

Sala de sessões,

Valdir Vital Cobalchini - Deputado Estadual

Dirce Heiderscheidt – Deputada Estadual

Moacir Sopelsa – Deputado Estadual

Nazareno Martins – Deputado Estadual

Fernando Krelling – Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 18/02/21

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR

TERMO DE ADESÃO

Os parlamentares que este subscrevem, com amparo no art.40 do Regimento Interno, **manifestam suas adesões** à Frente Parlamentar, no âmbito da Alesc, com o objetivo de “Infraestrutura e Mobilidade”.

Sala de sessões,

Dirce Heiderscheidt – Deputada Estadual

Moacir Sopelsa – Deputado Estadual

Nazareno Martins – Deputado Estadual

Fernando Krelling – Deputado Estadual
